

Calheiros Energia S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2023 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Calheiros Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Calheiros Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Calheiros Energia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 15 de fevereiro de 2024


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" MG


Alexandre Borges de Oliveira
Contador
CRC nº MG 119313/O-3

CALHEIROS ENERGIA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVOS</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
ATIVO CIRCULANTE				PASSIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	8	-	8	Fornecedores		297	232
Aplicações financeiras	9	298	111	Obrigações trabalhistas e previdenciárias		197	195
Contas a receber de clientes	10	9.949	9.137	Impostos e contribuições a recolher	15	321	702
Impostos a recuperar		341	-	Provisão para férias e 13º salário		169	150
Despesas antecipadas		427	383	Receita diferida	16	107	-
Outros ativos circulantes		17	379	Provisões para compromissos futuros	18	245	469
Total dos ativos circulantes		<u>11.032</u>	<u>10.018</u>	Dividendos a pagar	14 e 19 (c)	4.597	984
				Outros passivos	1.2	<u>4.583</u>	<u>3.159</u>
				Total dos passivos circulantes		<u>10.516</u>	<u>5.891</u>
ATIVO NÃO CIRCULANTE				PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Impostos e contribuições diferidos		16	3	Provisões para compromissos futuros	18	<u>1.790</u>	<u>768</u>
Depósitos judiciais	11	99	99	Total dos passivos não circulantes		<u>1.790</u>	<u>768</u>
Imobilizado	12	52.743	54.671				
Intangível	13	<u>2.044</u>	<u>1.472</u>				
Total dos ativos não circulantes		<u>54.902</u>	<u>56.245</u>	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	19 (a)	33.102	33.102
				Reservas de lucros		<u>20.526</u>	<u>26.502</u>
				Total do patrimônio líquido		53.628	59.604
TOTAL DOS ATIVOS		<u>65.934</u>	<u>66.263</u>	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>65.934</u>	<u>66.263</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CALHEIROS ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares reais - R\$, exceto o lucro por ação e quantidade de ações)

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	20	40.758	40.793
CUSTOS DAS VENDAS DE ENERGIA			
Custos com depreciação e amortização	12, 13 e 21	(2.614)	(2.651)
Custos com pessoal		(1.626)	(1.610)
Encargo de uso dos sistemas de distribuição (EUSD)		(1.559)	(1.458)
Prêmio de risco (repactuação do risco hidrológico)	1.2	(1.424)	(1.346)
Custos com seguros		(819)	(637)
Custos com manutenção		(520)	(738)
Custos com operação		(152)	(133)
Custos com meio ambiente		(127)	(61)
Taxas setoriais		(74)	(67)
Outros custos		(29)	(21)
	21	(8.944)	(8.722)
LUCRO BRUTO		31.814	32.071
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas com pessoal e administradores		(988)	(860)
Despesas administrativas e gerais		(54)	(77)
Outras despesas operacionais		(158)	(56)
	21	(1.200)	(993)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		30.614	31.078
RESULTADO FINANCEIRO			
Despesas financeiras	22	(119)	(99)
Receitas financeiras	22	167	184
		48	85
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		30.662	31.163
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Corrente	23	(1.350)	(1.336)
Diferido	23	12	(7)
		(1.338)	(1.343)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		29.324	29.820
Lucro básico e diluído por ação - R\$		1,14	1,16
Quantidade média ponderada de ações	19 (a)	25.767.188	25.767.188

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CALHEIROS ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	29.324	29.820
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	<u>29.324</u>	<u>29.820</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CALHEIROS ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto os dividendos por ação)

Nota explicativa	Capital social	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva especial		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	33.102	6.621	17.709	-	57.432
Dividendos adicionais distribuídos referentes a 2021 (R\$0,69 por ação)	19 (c)	-	(17.709)	-	(17.709)
Lucro líquido do período	-	-	-	29.820	29.820
Destinações:	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios distribuídos (R\$0,29 por ação)	19 (c)	-	-	(7.455)	(7.455)
Dividendos adicionais distribuídos (R\$0,10 por ação)	19 (c)	-	-	(2.484)	(2.484)
Dividendos adicionais propostos (R\$0,77 por ação)	19 (c)	-	19.881	(19.881)	-
	-	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	33.102	6.621	19.881	-	59.604
Dividendos adicionais distribuídos referentes a 2022 (R\$0,77 por ação)	19 (c)	-	(19.881)	-	(19.881)
Lucro líquido do período	-	-	-	29.324	29.324
Destinações:	-	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios distribuídos (R\$0,28 por ação)	19 (c)	-	-	(7.332)	(7.332)
Dividendos adicionais distribuídos (R\$0,31 por ação)	19 (c)	-	-	(8.087)	(8.087)
Dividendos adicionais propostos (R\$0,54 por ação)	19 (c)	-	13.905	(13.905)	-
	-	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	33.102	6.621	13.905	-	53.628

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CALHEIROS ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		30.662	31.163
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:			
Atualização financeira sobre depósitos judiciais		-	2
Atualização financeira sobre aplicações financeiras		(122)	(169)
Atualização financeira sobre compromissos futuros	18	58	38
Depreciação e amortização	12, 13 e 21	2.614	2.651
Amortização prêmio de risco (repactuação do risco hidrológico)	1.2	1.424	1.346
Constituição do ajuste MRE		120	(534)
Apropriação do ajuste MRE	1.1	350	291
PIS e COFINS diferidos sobre ajuste MRE		(13)	(11)
Provisão para riscos		-	-
Variações nos ativos e passivos:			
Contas a receber de clientes		(812)	(3.251)
Impostos a recuperar		92	300
Despesas antecipadas		(44)	(131)
Outros ativos		(1)	11
Depósitos judiciais		-	(1)
Fornecedores		109	171
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		2	30
Impostos e contribuições a recolher		(1.099)	(481)
Provisão de férias e 13º salário		19	3
Pagamento compromissos futuros	18	(328)	(298)
Outros passivos		-	-
Caixa gerado nas operações		33.031	31.130
Outros fluxos de caixa das atividades operacionais:			
Imposto de renda e contribuição social pagos no período		(1.053)	(428)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		31.978	30.702
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Resgates (aplicações) em aplicações financeiras		(65)	1.196
Aquisição de imobilizado e intangível	12 e 13	(234)	(436)
Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades de investimentos		(299)	760
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Dividendos pagos	19 (c)	(31.687)	(31.454)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(31.687)	(31.454)
AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(8)	8
<u>Variação no caixa e equivalente de caixa</u>			
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	8	8	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	8	-	8
AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(8)	8

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CALHEIROS ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Calheiros Energia S.A. (“Companhia” ou “Calheiros”) é uma subsidiária direta da PCHPAR - PCH Participações S.A e indireta da Brasil PCH S.A., e foi constituída em 10 de agosto de 2004 como sociedade por ações de capital fechado, com sede na Avenida Prudente de Moraes, 1.250, 10º e 11º andares - Coração de Jesus - Belo Horizonte - MG.

A Companhia tem como objeto social o propósito específico (Sociedade de Propósito Específico - SPE) de implantar e explorar o potencial hidráulico de Pequena Central Hidrelétrica (PCH) e comercializar energia elétrica nela gerada. A Companhia poderá, ainda, exercer todas as ações que possam, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, ser vinculadas ao seu propósito específico.

A Companhia possui autorização para exploração do potencial hidrelétrico, como produtora independente de energia elétrica, concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) por meio das Resoluções nº 12/2000 e nº 235/2005, para funcionar como PCH pelo prazo de 30 anos, podendo ser prorrogada por igual período nos termos do artigo 2º da Lei 12.783/2013, com redação dada pela Lei 13.360/2016, regulamentada pelo Decreto 9.158/2017, e está localizada no Rio Itabapoana, entre os Municípios de Bom Jesus do Itabapoana, no Rio de Janeiro, e São José do Calçado, no Espírito Santo, com capacidade de licença instalada de 19,5 MW e uma linha de transmissão em 69 kV com de 31,5 km de extensão.

A energia gerada está integralmente contratada no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA), que determinava, na época, que a Centrais Elétricas Brasileiras (“Eletrobras”) fosse o agente representante das PCHs na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), obrigando, a celebração de contratos de compra e venda de energia, pelo prazo de 20 anos a contar do mês de setembro de 2008.

Em 12 de setembro de 2008, conforme Despacho ANEEL nº 2.431, e em 25 de setembro de 2008, conforme Despacho ANEEL nº 3.534, a Companhia obteve autorização para iniciar a comercialização da energia gerada nas unidades 1 e 2, respectivamente, ambas com potência instalada de 9,5 MW, atingindo, assim, sua capacidade total em operação de 19,5 MW e garantia física definida nos bornes dos geradores¹ de 10,92 MW médios.

Em 13 de julho de 2021, foi publicada a Lei nº 14.182, cujo art. 9º autorizou a União a criar a Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. (ENBPar) para assumir as atividades da Eletrobras que não foram objeto da privatização, dentre elas a gestão do PROINFA. Nesse sentido, por meio do Decreto nº 10.791 de 10 de setembro de 2021, foi criada a ENBPar, onde ficou definido o prazo de até 17 de junho de 2022 para assunção dos contratos PROINFA pela referida empresa, o que de fato ocorreu por meio do Comunicado nº 1 de 19 de junho de 2023, publicado no Diário Oficial da União (DOU) em 20 de junho de 2023, por meio do qual se tornou pública a assinatura dos Certificados de Transferência dos Programas Setoriais, dentre eles o PROINFA.

Por tal contrato, a ENBPar adquire a totalidade da energia produzida e representa as empresas perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

¹ A Garantia Física calculada para a Companhia, a partir da energia assegurada definida para o empreendimento pela ANEEL, deduzidas as (i) perdas na rede elétrica e (ii) consumo interno, totalizam o montante de 10,73 MW médios.

Em 10 de outubro de 2023, em decorrência da Resolução Homologatória nº 3.242 da ANEEL, de 15 de agosto de 2023, foi editada a Resolução Autorizativa nº 14.896 da ANEEL, que dispõe acerca da extensão do prazo de outorga dos empreendimentos hidrelétricos participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE nos termos da Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, alterada pela Lei nº 14.052, de 8 de setembro de 2020 (“Resolução Autorizativa”), estando incluída no rol Calheiros, que teve seu prazo de outorga estendido em 1.334 dias, nos termos do Anexo II da Resolução Autorizativa. Trata-se de compensação aos titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE pelos efeitos causados pelos empreendimentos hidrelétricos com prioridade de licitação e implantação indicados pelo Conselho Nacional de Política Energética - CNPE advinda da Lei nº 13.203/2015 alterada pela Lei 14.052/2020. O término de sua autorização passa de 12 de setembro de 2038 para 8 de maio de 2042, nos termos da Resolução Autorizativa ANEEL nº 14.896/2023.

Em 31 de dezembro de 2023, os números mostram no balanço patrimonial capital circulante líquido positivos, no montante de R\$ 516 (R\$4.127 positivos em 31 de dezembro de 2022). A Administração entende que não existe risco de continuidade operacional, visto que o fluxo de suas receitas é estável e conhecido a partir da comercialização da energia no âmbito do PROINFA, sendo suficiente para liquidar as obrigações de curto prazo da Companhia.

As informações sobre capacidade instalada e em operação, garantia física e quilômetros de extensão, não foram examinadas pelos auditores independentes.

1.1. Ajustes Financeiros – Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica

A Companhia participa do Mecanismo de Realocação de Energia (“MRE”), tendo seu risco hidrológico compartilhado com as demais usinas participantes desse mecanismo. Não obstante, considerando que os contratos de compra e venda de energia existentes foram firmados no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”) e repassadas à ENBPar, que, por sua vez, calcula os ajustes a serem somados ou subtraídos do faturamento das SPEs no ano subsequente, em 12 parcelas, conforme definições contratuais.

Desta forma, os ajustes financeiros referentes ao exercício de 2022 foram adicionados no faturamento da Companhia em 12 parcelas ao longo do exercício de 2023. Para o período findo em 31 de dezembro de 2023, foi reconhecido na rubrica “outros ativos circulantes” o valor total de R\$350 (R\$ 291 em 31 de dezembro de 2022), composto do montante positivo de R\$197 (R\$175 em 31 de dezembro de 2022), referente aos ajustes do MRE, e do montante positivo de R\$153 (R\$116 em 31 de dezembro de 2022) relativo principalmente às recontabilizações, dentre outros.

1.2. Repactuação do Risco Hidrológico - RRH

A Companhia, integrante do Mecanismo de Realocação de Energia (“MRE”), aderiu à repactuação do risco hidrológico (“RRH”) nos termos da Lei nº 13.203/2015 e Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015, de modo a transferir integralmente o risco hidrológico no âmbito dos Contratos de Compra e Venda de Energia celebrado pela SPE no âmbito do PROINFA (“CCVE”) para o consumidor final, mediante pagamento do prêmio de risco no valor de R\$ 9,50/MWh, na data-base de janeiro/2015, anualmente atualizado pelo IPCA. O pagamento desse prêmio será devido até o fim da vigência dos CCVEs.

No ano de 2020, a Companhia foi notificada pela Eletrobras de que, a partir do mês de julho, o recolhimento do prêmio de risco hidrológico seria efetivado mediante desconto no pagamento da primeira parcela do faturamento mensal da venda de energia realizada pela SPE, no próprio mês de sua realização, não sendo, portanto, incluído no cálculo dos ajustes financeiros previstos nos CCVEs (“Desconto Mensal do Prêmio RRH”).

Em 24 de agosto de 2020, a Companhia apresentou notificação de controvérsia à Eletrobras, manifestando a sua discordância quanto ao procedimento por ela adotado para desconto dos valores relativos ao prêmio de risco hidrológico. Em 21 de setembro de 2020, a Eletrobras se pronunciou acerca da notificação, informando que havia encaminhado o assunto para a análise da sua área jurídica e tributária, bem como estaria avaliando a necessidade de consulta à ANEEL antes de dar retorno às companhias sobre o caso. Em 11 de março de 2021, a Companhia apresentou nova manifestação à Eletrobras, ratificando o teor das notificações de controvérsia. Até o momento, não obteve retorno sobre a questão.

Em 29 de dezembro de 2023 a ENBPar emitiu o ofício nº 838/2023/ENBPar, concluindo pelo não acolhimento do pleito da ABRAGEL, ao passo em que apresentou proposta alternativa. De momento, a Companhia acompanha as discussões acerca do tema no âmbito da ABRAGEL.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui uma provisão de R\$4.583 (R\$3.159 em 31 de dezembro de 2022) para fazer frente ao pagamento do prêmio de risco hidrológico, constituída no passivo circulante sob a rubrica “Outros Passivos”, em contrapartida ao resultado na rubrica “Prêmio de Risco (Repactuação do Risco Hidrológico)”. O respectivo efeito no resultado para exercício findo em 31 de dezembro de 2023 montou em R\$1.424, enquanto em 31 de dezembro de 2022 apurou-se R\$1.346.

2. IMPACTOS DE NOVAS LEGISLAÇÕES E NORMAS

Normas e interpretações novas e revisadas, aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023

As normas brasileiras de relatório financeiro novas e revisadas a seguir, em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, foram adotadas nas demonstrações financeiras. A adoção dessas novas e revisadas normas, aplicáveis a Companhia, não teve qualquer impacto nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras:

Pronunciamento	Descrição
CPC 50 (IFRS 17) Contratos de Seguro (incluindo alterações publicadas em junho de 2020 e dezembro de 2021)	CPC 50 (IFRS 17) estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui o CPC 11 (IFRS 4) – Contratos de Seguro. A norma descreve o modelo geral, modificado para contratos de seguro com características de participação direta, descrito como abordagem de taxa variável. O modelo geral é simplificado se determinados critérios forem atendidos, mensurando o passivo para cobertura remanescente usando a abordagem da alocação de prêmios. O modelo geral usa premissas atuais para estimativa do valor, do prazo e da incerteza de fluxos de caixa futuros e mensura explicitamente o custo dessa incerteza. Ele leva em consideração as taxas de juros do mercado e o impacto das opções e garantias dos titulares de apólices. O grupo não possui quaisquer contratos que atendam à definição de contrato de seguro de acordo com o CPC 50 (IFRS 17).

Pronunciamento	Descrição
Alterações à IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras e IFRS Declaração de Prática 2 - Fazendo Julgamentos de Materialidade	As alterações modificam as exigências contidas na IAS 1 com relação à divulgação das políticas contábeis. As alterações substituem todos os exemplos do termo 'principais políticas contábeis' por 'informações materiais da política contábil'. As informações da política contábil são materiais se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, puderem razoavelmente influenciar as decisões dos principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral, tomadas com base nessas demonstrações financeiras. Os parágrafos de apoio na IAS 1 também são alterados para esclarecer que as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições imateriais são irrelevantes e não precisam ser divulgadas. As informações da política contábil podem ser materiais devido à natureza das correspondentes transações, outros eventos ou condições, mesmo que os valores sejam irrelevantes. Porém, nem todas as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições relevantes são materiais por si só. Não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.
Alterações à IAS 12 Tributos sobre o Lucro — Impostos Diferidos relacionados com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação	As alterações introduzem uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, a Companhia não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares. Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável. Após as alterações à IAS 12, a entidade deve reconhecer o correspondente ativo e passivo fiscal diferido, sendo que o reconhecimento de eventual ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade contidos na IAS 12. Não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.
Alterações à IAS 12 - Tributos sobre o Lucro — Reforma Tributária Internacional — Regra do Modelo do Pilar Dois	O IASB alterou a IAS 12 para clarificar que a norma se aplica aos tributos sobre o lucro decorrentes da legislação fiscal promulgada ou substantivamente promulgada para implementar as regras modelo do Pilar Dois, publicadas pela OCDE, incluindo a legislação fiscal que implementa impostos nacionais mínimos qualificados descritos nessas regras. As alterações introduzem uma exceção temporária aos requisitos contábeis para impostos diferidos na IAS 12, de modo a que uma entidade não reconheça nem divulgue informações sobre ativos e passivos diferidos relacionados com tributos sobre o lucro do Pilar Dois. Após as alterações, o grupo é obrigado a divulgar que aplicou a exceção e a divulgar separadamente sua despesa fiscal atual (receita) relacionada aos tributos sobre o lucro do Pilar Dois. Não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Pronunciamento	Descrição
Alterações à IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros — Definição de Estimativas Contábeis	As alterações substituem a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são “valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração”. A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída. Não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as novas normas e revisadas a seguir, as quais já estão emitidas e ainda não vigentes.

Pronunciamento	Descrição
Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3) e à IAS 28/CPC 18 (R2)	Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto
Alterações à IAS 1 / CPC 26 (R1)	Classificação do Passivo como Circulante ou Não Circulante
Alterações à IAS 1	Passivo Não Circulante com Covenants
Alterações à IAS 7 e à IFRS 7	Acordos de Financiamento de Fornecedores
Alterações à IFRS 16	Passivo de arrendamento em uma transação de “ <i>Sale and Leaseback</i> ”

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pelas normas da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

3.2. Bases de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Os mesmos são classificados como circulantes quando esperado que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Continuidade operacional

A Administração tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, ela continua a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras.

b) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, em uma das seguintes categorias a seguir, de acordo com sua natureza e finalidade: (i) a valor justo por meio do resultado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) custo amortizado. A Companhia considerou dois fatores para definir a classificação dos ativos financeiros: o modelo de negócio no qual o ativo financeiro é gerenciado e suas características de fluxos de caixa contratuais.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

São classificados no reconhecimento inicial ao: (i) custo amortizado; ou (ii) mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros classificados como mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros são reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos das transações, quando aplicável. Na data do balanço, estão apresentados pelos seus reconhecimentos iniciais, deduzidos das amortizações das parcelas de principal, quando aplicável, e acrescidos dos correspondentes encargos incorridos. A baixa de passivos financeiros ocorre somente quando as obrigações são liquidadas, extintas e canceladas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a soma da contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

Os passivos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros mantidos para negociação e designados como tais no reconhecimento inicial. Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

Compensação de ativos e passivos financeiros

Ativos e passivos financeiros somente são compensados quando a Companhia possui o direito contratual e a intenção de liquidar os instrumentos financeiros em base líquida ou simultaneamente.

c) Imobilizado

Registrado ao custo histórico de aquisição, formação ou construção (inclusive juros e demais encargos financeiros líquidos), deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (“impairment”) acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

d) Depreciação

A depreciação, exceto de móveis e utensílios e computadores e periféricos, é calculada a partir do início das operações, pelo método linear, às taxas determinadas pela Portaria DNAEE nº 815, de 15 de novembro de 1994, alteradas pelas Resoluções nº 367, de 2 de junho de 2009, 474, de 7 de fevereiro de 2012 e 731 de 23 de agosto de 2016 que, no entendimento da Administração, se aproximam das vidas úteis destes ativos.

Para os móveis e utensílios e computadores e periféricos, a taxa de depreciação linear é definida com base na avaliação da vida útil de cada ativo, estimada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros.

A autorização para exploração do potencial hidrelétrico, no regime de produtora independente de energia elétrica vigorará pelo prazo de trinta anos (vide nota explicativa nº 1), podendo ser prorrogada por igual período, conforme Lei 12.783/2013 e Decreto 9.158/2017. Ao final do prazo da respectiva autorização, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados, e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL, ou poderá ser exigido que a Companhia restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas.

A Companhia mediante seus órgãos técnicos avaliou a metodologia de cálculo das taxas de depreciação utilizadas pelas controladas indiretas da Companhia, com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCPSE, com respaldo nas autorizações outorgadas pela ANEEL, bem como no previsto na Lei 13.360/2016, no Decreto 9158/2017, Nota Técnica 062/2018- SRG-SCG/ANEEL e na Resolução Normativa ANEEL nº 859/2019, restando claro que está facultada às empresas, a prorrogação do prazo de suas outorgas por período adicional de 30 (trinta) anos, uma única vez, mediante o pagamento pelo Uso do Bem Público (UBP) e recolhimento da Compensação Financeira Pelo Uso dos Recursos Hídricos (CFURH).

Em 8 de setembro de 2020 foi publicada a Lei 14.052/20, que alterou a Lei 13.203/2015, dentre outras, para permitir a compensação aos geradores afetados por efeitos relacionados ao GSF, retroativamente a 2012, por meio da extensão do prazo de suas outorgas, limitada a 7 anos.

A legislação foi regulamentada pela ANEEL por meio das Resoluções Normativas 895/2020 e 930/2021.

Em 11 de junho de 2021, foi publicada a Lei 14.120/21, a qual dispõe que os titulares de outorga para geração de energia, com prazo de 30 anos, terão seus prazos de autorização contados a partir da declaração de operação comercial da primeira unidade geradora. O ajuste dos respectivos termos de outorga foi realizado por meio das Resoluções Autorizativas ANEEL nº 11.131/2022 e 11.023/2022.

Considerando a ampliação dos prazos de autorização homologados por meio das Resoluções Autorizativas ANEEL nº 11.131/2022 e 11.023/2022, a ANEEL em observância as Resoluções Normativas 895/2020 e 930/2021, estabeleceu a nova vigência das outorgas por meio da Resolução Autorizativa ANEEL nº 14.896/2023.

Portanto, no caso da Companhia, não há, agora, qualquer indício que recomende a modificação das suas práticas contábeis utilizadas para depreciação dos ativos, tendo em vista que estes possuem vida útil superior aos prazos das outorgas, que, por sua vez, serão renovadas a partir do ano de 2028, mediante procedimentos e critérios já definidos na legislação, já devidamente regulamentados.

O quadro abaixo demonstra a vida útil dos itens, conforme enquadramento dos ativos das Empresas à Resolução Normativa ANEEL Nº 674/2015, que aprovou o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico – MCPSE.

Vida útil

Edificações, obras civis e benfeitorias	30 a 50 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	6 a 40 anos
Reservatórios barragens e adutoras	50 anos

e) Intangível

Estão registrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicáveis. Os ativos intangíveis que possuem vida útil econômica definida, conforme demonstrados na nota explicativa nº 13, são amortizados levando-se em consideração sua vida útil, que reflete o benefício econômico dos referidos ativos intangíveis.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do seu uso ou alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

f) Valor recuperável de ativos

Anualmente, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

g) Provisões para compromissos futuros e outras

Uma provisão é reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável (vide nota explicativa nº 19).

h) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

i) Receita operacional

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber. A receita é reconhecida quando a energia é gerada e os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração. A titularidade legal é transferida, conforme determinações legais do contrato de suprimento de energia elétrica, ou seja, todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador, o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade e é provável que benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia.

Para as contraprestações variáveis, uma receita somente é reconhecida na medida em que for considerado altamente provável que uma reversão significativa no valor das receitas acumuladas não deva ocorrer.

j) Receita diferida e outros ativos circulantes

Os Contratos de Compra e Venda de Energia, celebrados entre a Companhia e a ENBPar, estabelecem que seja apurada em cada ano (período de janeiro a dezembro) o resultado da comercialização no âmbito da CCEE. A parcela de ajuste financeiro resultante dessa apuração será compensada nas faturas mensais do ano subsequente, em 12 parcelas. Os valores envolvidos são reconhecidos como receita diferida e apropriados ao resultado com base no regime de competência.

k) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem, receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, despesas bancárias e outras despesas.

l) Imposto de renda e contribuição social

O regime fiscal adotado pela Companhia foi do lucro presumido. Com base nesse critério, o resultado para fins de imposto de renda e contribuição social da Companhia foi calculado aplicando-se sobre a receita as alíquotas definidas para sua atividade, que são de 8% e 12%, respectivamente. Sobre o resultado presumido foram aplicadas as alíquotas de imposto de renda e contribuição social vigentes na data do encerramento de cada exercício (25% para imposto de renda e 9% para contribuição social).

m) Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para o acionista da Companhia, quando aplicável, é reconhecida como um passivo nas suas demonstrações no fim do exercício, com base no seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

n) Lucro por ação

O lucro básico por ação foi calculado com base no número médio ponderado de ações ordinárias em circulação da Companhia em cada um dos exercícios apresentados. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o lucro básico por ação, motivo pelo qual o lucro básico por ação é igual ao lucro por ação diluído.

o) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa os investimentos em aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido e sujeito a risco insignificante de mudança de valor justo.

5. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS APRESENTADAS

Na aplicação das políticas contábeis a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuadas pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia que mais afetam os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

- (i) Redução ao valor recuperável dos ativos: a Administração julgou não haver evidências, internas e externas, que justificassem o registro de provisão para redução ao valor recuperável sobre o ativo imobilizado e ativo intangível.
- (ii) Vida útil e valor residual dos bens do imobilizado: a Companhia determina a vida útil e o valor residual com base no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE) conforme resolução normativa 674/2015 da ANEEL, sendo que as taxas de depreciação e amortização atualmente utilizadas são consideradas apropriadas, uma vez que, conforme avaliação jurídica da legislação, ao final do prazo de autorização de 30 anos, e conforme descrito na nota explicativa nº 4 (c) serão renovadas por igual período (30 anos), mediante procedimentos e critérios definidos na legislação, e já devidamente regulamentados.
- (iii) Provisões para compromissos futuros: as provisões para compromissos futuros são reconhecidas, principalmente, com base em custos estimados de desapropriação, reflorestamento de áreas próximas às instalações das usinas geradoras de energia elétrica e programas ambientais. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como decisões de tribunais, e exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos.
- (iv) Imposto de renda e contribuição social diferidos: são reconhecidos em contrapartida aos efeitos dos ajustes financeiros dos CCVEs.
- (v) Receita diferida: reconhecida em contrapartida aos ajustes de realocação de energia, cujo impacto financeiro ocorre no ano seguinte em 12 parcelas, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.1 acima. A provisão é revisada e ajustada anualmente para levar em conta alterações nos dados disponibilizados pela CCEE e/ou pela ENBPar.
- (vi) Avaliação dos instrumentos financeiros: a nota explicativa nº 26 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo dos instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas. A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

6. RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA

PCH	Resolução ANEEL	Data da resolução	Prazo da autorização (*)	Capacidade de produção instalada (MW)
Calheiros	12	14/01/2000	30 anos	19,5

(*) O término de sua autorização se dará em 08 de maio de 2042, conforme Resolução Autorizativa nº 14.896/2023, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.

7. COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA

Data - base	Compradora	Valores				Prazos		Índice de correção	Mês de reajuste
		Valor original do contrato (em milhões de reais)	Energia anual contrata da MWh	Preço histórico R\$ MWh	Preço atualizado R\$ MWh (*)	Inicial	Final		
31/12/2023	ENBPar	R\$228.228	94.037	121,35	442,54	Jul.-08	Jun.-28	IGP-M	Junho
31/12/2022	Eletrobras	R\$228.228	94.037	121,35	463,23	Jul.-08	Jun.-28	IGP-M	Junho

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Bancos	-	1
Aplicação em Certificados de Depósitos Bancários (i)	-	7
	<u>-</u>	<u>8</u>

As Aplicações financeiras de liquidez imediata em Certificado de Depósito Bancário – CDB, junto ao Banco Itaú Unibanco (“Itaú”). Em 31 de dezembro de 2023, não havia saldos em caixa e equivalentes de caixa, enquanto, em 31 de dezembro de 2022, a remuneração destas aplicações variou entre 99% a 101,5%, em 31 de dezembro 2022, do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

9. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Fundos de investimentos em renda fixa (i)	298	111
	<u>298</u>	<u>111</u>

Referem-se às aplicações financeiras de liquidez imediata em fundos abertos de renda fixa, junto ao Banco do Brasil. As aplicações financeiras possuem remuneração que varia de 90,00% a 101,00% (79% a 105,66%, em 31 de dezembro 2022) do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, cumprindo destacar que referidas aplicações financeiras não atendem todos os requisitos para classificação como equivalentes de caixa.

10. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Refere-se ao valor da venda da energia gerada pela Companhia no âmbito do PROINFA, no montante de R\$9.949 em 31 de dezembro de 2023 (R\$9.137 em 31 de dezembro de 2022), líquido dos respectivos impostos retidos na fonte, conforme cronograma contratual que prevê o pagamento em 03 (três) parcelas iguais e consecutivas nos dias 20 e 30 do mês subsequente ao faturamento, e a última, no dia 10 do segundo mês subsequente ao faturamento.

Em virtude do Desconto Mensal do Prêmio RRH, tratado na nota explicativa 1.2 acima, em 31 de dezembro de 2023 registrou-se sob a rubrica de contas a receber o valor de R\$4.462 (R\$1.709 em 31 de dezembro de 2022), até que a controvérsia seja dirimida com a ENBPar.

Cumpramos ressaltar que a Companhia não constitui perdas de créditos esperadas, levando em consideração sua experiência histórica de realização de 100% das contas a receber passadas e das próprias características do PROINFA, valendo destacar a neutralidade garantida à ENBPar, como administradora do programa.

11. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Desapropriações e servidões (a)	96	96
Trabalhistas (b)	3	3
	<u>99</u>	<u>99</u>

(a) A Companhia é autora de processos judiciais, nos quais reivindica a posse definitiva de terrenos por desapropriação ou restrição do seu uso por servidão administrativa, conforme o caso. Estes terrenos estão sendo utilizados nas instalações da Companhia e das linhas de transmissão de interesse restrito. Quando a propriedade ou a servidão de passagem forem registradas sob a titularidade da Companhia, o valor dos respectivos depósitos, quando levantados, será atribuído aos terrenos adquiridos e contabilizados como ativo imobilizado.

(b) A Companhia é responsável e corresponsável de processos judiciais, nos quais estão em discussão os pagamentos de verbas trabalhistas da empresa e de empresas terceiras, respectivamente.

12. IMOBILIZADO

a) Composição do imobilizado

	<u>Taxa de depreciação</u>	<u>Custo histórico</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Terrenos	-	1.284	-	1.284	1.214
Turbina hidráulica	2,50%	10.050	(3.779)	6.271	6.521
Conduto forçado	3,13%	413	(189)	224	237
Gerador	3,33%	8.542	(4.342)	4.200	4.486
Comporta	3,33%	2.612	(1.324)	1.288	1.375
Subestação unitária	3,57%	7.103	(3.889)	3.214	3.467
Estrutura de tensão	3,57%	3.588	(1.841)	1.747	1.875
Casa de força produção hidráulica	2,00%	35.230	(10.734)	24.496	25.202
Reservatório, barragem, adutora	2,00%	9.860	(2.967)	6.893	7.069
Outras máquinas e equipamentos	3,65%	5.669	(2.660)	3.009	3.025
Imobilizado em curso	-	117	-	117	200
		<u>84.468</u>	<u>(31.725)</u>	<u>52.743</u>	<u>54.671</u>

Vida útil

Edificações, obras civis e benfeitorias	30 a 50 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	6 a 40 anos
Reservatórios barragens e adutoras	50 anos

b) Movimentação do imobilizado

	31/12/2022	Adições	Transferências	31/12/2023
<u>Custo</u>				
Terrenos	1.214	70	-	1.284
Turbina hidráulica	10.049	-	1	10.050
Conduto forçado	413	-	-	413
Gerador	8.542	-	-	8.542
Comporta	2.612	-	-	2.612
Subestação unitária	7.104	-	(1)	7.103
Estrutura de tensão	3.589	-	(1)	3.588
Casa de força produção hidráulica	35.230	-	-	35.230
Reservatório, barragem, adutora	9.842	17	1	9.860
Outras máquinas e equipamentos	5.466	111	92	5.669
Imobilizado em curso	200	9	(92)	117
	<u>84.261</u>	<u>207</u>	<u>-</u>	<u>84.468</u>
 <u>(-) Depreciação</u>				
Turbina hidráulica	(3.528)	(251)	-	(3.779)
Conduto forçado	(176)	(13)	-	(189)
Gerador	(4.056)	(286)	-	(4.342)
Comporta	(1.237)	(87)	-	(1.324)
Subestação unitária	(3.637)	(252)	-	(3.889)
Estrutura de tensão	(1.714)	(127)	-	(1.841)
Casa de força produção hidráulica	(10.028)	(706)	-	(10.734)
Reservatório, barragem, adutora	(2.773)	(194)	-	(2.967)
Outras máquinas e equipamentos	(2.441)	(219)	-	(2.660)
	<u>(29.590)</u>	<u>(2.135)</u>	<u>-</u>	<u>(31.725)</u>
 Imobilizado	<u>54.671</u>	<u>(1.928)</u>	<u>-</u>	<u>52.743</u>

	<u>31/12/2021</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>31/12/2022</u>
<u>Custo</u>					
Terrenos	1.173	41	-	-	1.214
Turbina hidráulica	9.978	41	-	30	10.049
Conduto forçado	413	-	-	-	413
Gerador	8.542	-	-	-	8.542
Comporta	2.612	-	-	-	2.612
Subestação unitária	7.104	-	-	-	7.104
Estrutura de tensão	3.589	-	-	-	3.589
Casa de força produção hidráulica	35.202	24	-	4	35.230
Reservatório, barragem, adutora	9.844	-	(2)	-	9.842
Outras máquinas e equipamentos	5.167	299	-	-	5.466
Imobilizado em curso	161	73	-	(34)	200
	<u>83.785</u>	<u>478</u>	<u>(2)</u>	<u>-</u>	<u>84.261</u>
<u>(-) Depreciação</u>					
Turbina hidráulica	(3.278)	(250)	-	-	(3.528)
Conduto forçado	(163)	(13)	-	-	(176)
Gerador	(3.772)	(284)	-	-	(4.056)
Comporta	(1.150)	(87)	-	-	(1.237)
Subestação unitária	(3.383)	(254)	-	-	(3.637)
Estrutura de tensão	(1.586)	(128)	-	-	(1.714)
Casa de força produção hidráulica	(9.324)	(704)	-	-	(10.028)
Reservatório, barragem, adutora	(2.578)	(195)	-	-	(2.773)
Outras máquinas e equipamentos	(2.239)	(202)	-	-	(2.441)
	<u>(27.473)</u>	<u>(2.117)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(29.590)</u>
Imobilizado líquido	<u>56.312</u>	<u>(1.639)</u>	<u>(2)</u>	<u>-</u>	<u>54.671</u>

Valor recuperável dos ativos

Anualmente, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. A Administração julgou não haver evidências, internas e externas, que justificassem o registro de provisão para redução ao valor recuperável sobre o ativo imobilizado e ativo intangível.

13. INTANGÍVEL

a) Composição do intangível

	Taxa de amortização	31/12/2023	31/12/2022
Servidões	-	474	469
Software	20%	71	70
Medidas compensatórias	20%	2.795	1.724
Indenização de terras	-	467	451
Registro de terras	-	277	318
Amortização acumulada		(2.040)	(1.560)
		<u>2.044</u>	<u>1.472</u>

b) Movimentação do intangível

	31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2023
<u>Custo</u>					
Servidões	469	-	-	5	474
Software	70	1	-	-	71
Medidas compensatórias	1.724	1.075	-	(4)	2.795
Indenização de terras	451	16	-	-	467
Registro de terras	318	-	(40)	(1)	277
	<u>3.032</u>	<u>1.092</u>	<u>(40)</u>	<u>-</u>	<u>4.084</u>
<u>(-) Amortização</u>					
Software	(27)	(14)	-	-	(40)
Medidas compensatórias	(1.533)	(466)	-	-	(2.000)
	<u>(1.560)</u>	<u>(480)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.040)</u>
Intangível Líquido	<u>1.472</u>	<u>612</u>	<u>(40)</u>	<u>-</u>	<u>2.044</u>

	31/12/2021	Adições	Baixas	31/12/2022
<u>Custo</u>				
Servidões	469	-	-	469
Software	70	-	-	70
Medidas compensatórias	1.406	318	-	1.724
Indenização de terras	441	10	-	451
Legalização de terras	324	-	(6)	318
1	<u>2.710</u>	<u>328</u>	<u>(6)</u>	<u>3.032</u>
<u>(-) Amortização</u>				
Software	(14)	(13)	-	(27)
Medidas compensatórias	(1.012)	(521)	-	(1.533)
1	<u>(1.026)</u>	<u>(534)</u>	<u>-</u>	<u>(1.560)</u>
Intangível líquido	<u>1.684</u>	<u>(206)</u>	<u>(6)</u>	<u>1.472</u>

14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração identificou os principais saldos e transações com partes relacionadas, e seus efeitos são assim demonstrados:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<u>Passivo circulante - Fornecedores</u>		
Brasil PCH S.A.	281	232
	<u>281</u>	<u>232</u>
<u>Passivo circulante - Dividendos a pagar</u>		
PCHPAR Participações S.A.	4.597	984
	<u>4.597</u>	<u>984</u>

As práticas e condições das transações com partes relacionadas acima foram praticadas em condições acordadas com as partes. Os montantes relativos ao passivo circulante, fornecedores, refere-se ao rateio do prêmio do seguro de responsabilidade civil.

Remuneração da Administração

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a remuneração da Administração foi de R\$130 (R\$129 em 31 de dezembro de 2022). Ressalta-se que não há outros benefícios de curto prazo, pós emprego ou benefícios de longo prazo.

15. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Imposto de renda e contribuição social a recolher	95	342
Encargo de Uso dos Sistemas de Distribuição (EUSD)	127	129
Outros tributos a recolher (a)	71	190
Tributos Diferidos	28	41
Total	<u>321</u>	<u>702</u>

- a) Impostos diferidos por conta da dinâmica de ajuste do contrato PROINFA, o qual leva à contabilização de receita diferida.

16. RECEITA DIFERIDA

- a) Composição da receita diferida

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Exposição ao MRE e demais ajustes financeiros	107	-
Total	<u>107</u>	<u>-</u>

b) Movimentação da receita diferida

	<u>31/12/2022</u>	<u>Constituição</u>	<u>Realização</u>	<u>31/12/2023</u>
Exposição ao MRE e demais ajustes financeiros	-	107	-	107
	<u>-</u>	<u>107</u>	<u>-</u>	<u>107</u>

- (a) Exposição ao MRE: A Companhia fez opção por participar do MRE, tendo, portanto, seu risco hidrológico compartilhado com as demais usinas participantes desse mecanismo. Não obstante, por força de serem todas inscritas e contratadas no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e repassadas à ENBPar, que, por sua vez, calcula os ajustes a serem somados ou subtraídos do faturamento das PCHs no ano subsequente, em 12 parcelas, conforme definições contratuais.

17. PROVISÃO PARA RISCOS

A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante indicado abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Cíveis (a)	-	2.618
Total	<u>-</u>	<u>2.618</u>

- (a) Existe ação de indenização, no valor de R\$2.618, em que se discute o pagamento de indenizações por uso de área e reparação de danos a pescadores.

18. PROVISÕES PARA COMPROMISSOS FUTUROS

	<u>31/12/2022</u>	<u>Adição</u>	<u>Reversão</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualizações</u>	<u>31/12/2023</u>
Compromissos socioambientais (a)	11	16	-	-	1	28
Provisão para medidas compensatórias (b)	458	1.076	-	(328)	57	1.263
Provisão para registro de terras (c)	317	-	(40)	-	-	277
Provisão para indenizações de terras (d)	451	16	-	-	-	467
	<u>1.237</u>	<u>1.108</u>	<u>(40)</u>	<u>(328)</u>	<u>58</u>	<u>2.035</u>
Passivo circulante	469					245
Passivo não circulante	768					1.790

	<u>31/12/2021</u>	<u>Adição</u>	<u>Reversão</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização financeira</u>	<u>31/12/2022</u>
Compromissos socioambientais (a)	12	-	(2)	-	1	11
Provisão para medidas compensatórias (b)	401	318	-	(298)	37	458
Provisão para registro de terras (c)	323	-	(6)	-	-	317
Provisão para indenizações de terras (d)	<u>441</u>	<u>10</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>451</u>
Compromissos socioambientais (a)	<u>1.177</u>	<u>328</u>	<u>(8)</u>	<u>(298)</u>	<u>38</u>	<u>1.237</u>
Passivo circulante	414					469
Passivo não circulante	763					768

- (a) Provisão para compromissos socioambientais: em decorrência da implantação da PCH, foi enviado aos órgãos ambientais o Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial (“PACUERA”) do empreendimento, que prevê o disciplinamento das áreas de preservação permanente, com foco na conservação e restauração ambiental, de modo que a Companhia precisa adquirir as terras pertinentes para tal destinação.
- (b) Provisão para medidas compensatórias: a Companhia possui licença de operação obtida junto ao IBAMA/MG em 31 de outubro de 2011, com prazo de 1 ano, sendo posteriormente prorrogada por prazo indeterminado, até a conclusão da análise do processo de renovação pelo Órgão Ambiental. Para obtenção da licença de operação, é necessário o cumprimento integral de compromissos ambientais, tais como, programas de educação ambiental, monitoramento de fauna terrestre, monitoramento de fauna aquática, plantio, proteção e manutenção de áreas de preservação permanente, monitoramento de limnologia e qualidade da água, dentre outros, cujos custos estimados pela Companhia estão registrados nesta rubrica.
- (c) Provisão fundiária: a Companhia possui imóveis próprios e servidões administrativas pendentes de regularização dos seus registros imobiliários perante os competentes cartórios, de modo que são provisionados os recursos necessários.
- (d) Provisão para indenização de terras: para construção da PCH, foi necessário que a Companhia adquirisse terras e institíssem servidões. Em alguns casos não houve consenso entre as partes envolvidas para celebração dos acordos e contratos, razão pela qual as demandas passaram a ser discutidas judicialmente, e o valor das indenizações estão provisionados nessa rubrica.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito e integralizado é de R\$33.102 e está representado por 25.767.188 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal pertencentes em sua totalidade à PCHPAR - PCH Participações S.A.

b) Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, a qual não excederá 20% do capital social. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 não houve constituição de reserva legal pelo fato do limite ter sido atingido em anos anteriores.

c) Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/1976.

Os dividendos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 foram calculados conforme segue:

	<u>31/12/23</u>	<u>31/12/22</u>
Lucro líquido do exercício	29.324	29.820
(=) Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	29.324	29.820
Dividendos mínimos obrigatórios distribuídos	(7.332)	(7.455)
Dividendos declarados adicionais	(8.087)	(2.484)
Dividendos adicionais propostos	(13.905)	(19.881)

(*) A Companhia constituiu a reserva legal no limite de 20% do capital social, conforme letra (b) acima

Dividendos a pagar

Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.790
Dividendos distribuídos (*)	27.648
Dividendos pagos	(31.454)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	984
Dividendos distribuídos (*)	35.299
Dividendos pagos	(31.686)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	4.597

(*) Em 15 de fevereiro de 2023 e 14 de fevereiro de 2022 foram aprovados em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGO/AGE) a totalidade de R\$19.881 e R\$17.709, respectivamente, dos dividendos adicionais propostos. Em 10 de agosto de 2023 e 16 de agosto de 2022 foram aprovadas a proposição de dividendos intermediários do ano de 2023 e 2022, no montante de R\$15.419 e R\$7.728, respectivamente.

20. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receita bruta:		
Venda de energia elétrica	42.776	42.094
Ajustes (*):		
Exposição ao MRE	(318)	128
Recontabilizações e demais ajustes financeiros	(154)	116
	<u>42.304</u>	<u>42.338</u>

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Deduções à receita bruta:		
PIS e COFINS corrente	(1.561)	(1.537)
PIS e COFINS diferido	15	(8)
	<u>(1.546)</u>	<u>(1.545)</u>
Receita líquida de vendas	<u>40.758</u>	<u>40.793</u>

(*) No âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela CCEE e repassadas à ENBPar, que, por sua vez, calcula os ajustes a serem somados ou subtraídos do faturamento no ano subsequente, em 12 parcelas, conforme definições contratuais.

21. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Depreciação e amortização	(2.614)	(2.651)
Prêmio de risco (repactuação do risco hidrológico)	(1.424)	(1.346)
Pessoal e administradores	(2.614)	(2.470)
Manutenção	(520)	(738)
Serviços de terceiros	(151)	(49)
Encargo de uso dos sistemas de distribuição (EUSD)	(1.559)	(1.458)
Seguros	(819)	(637)
Operação	(152)	(133)
Meio Ambiente	(127)	(61)
Tributos	(7)	(7)
Taxas setoriais	(74)	(67)
Outras despesas, líquidas	(83)	(98)
Total	<u>(10.144)</u>	<u>(9.715)</u>
Custo das vendas de energia	(8.944)	(8.722)
Outras despesas	(1.200)	(993)

22. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Despesas financeiras:		
Atualização financeira sobre compromissos futuros	(58)	(38)
Imposto sobre operações financeiras	(59)	(59)
Outras despesas financeiras	(2)	(2)
	<u>(119)</u>	<u>(99)</u>
Receita financeira:		
Rendimentos de aplicações financeiras em renda fixa	167	182
Atualização de depósito judicial	-	2
	<u>167</u>	<u>184</u>
Resultado financeiro	<u>48</u>	<u>85</u>

23. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia calculou o imposto de renda e a contribuição social sobre as receitas auferidas pela Companhia com base no regime do lucro presumido. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	31/12/2023		31/12/2022	
	IRPJ (*)	CSLL	IRPJ (*)	CSLL
Receita corrente	42.776	42.776	42.094	42.094
Receita diferida	(471)	(471)	244	244
Percentual para determinação da base de cálculo	8%	12%	8%	12%
Rendimentos e ganhos de aplicação financeira	166	166	182	182
Outras receitas financeiras	-	-	2	2
Base de cálculo	3.551	5.243	3.571	5.265
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Imposto sobre o resultado	(888)	(474)	(893)	(474)
Diferença de alíquota (*)	24	-	24	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(864)	(474)	(869)	(474)
Correntes	(872)	(478)	(864)	(472)
Diferidos	8	4	(5)	(2)

(*) Até o limite de R\$240 a alíquota do IR é de 15%.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Risco de mercado

O risco de mercado decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Quanto aos ativos, a Companhia avalia que o risco de exposição de seus recursos aplicados é baixo, uma vez que são realizadas em bancos de reconhecida liquidez, estando remuneradas a taxas de mercado de 97% a 101,50% do CDI, conforme apresentado nas notas explicativas nº 8 e nº 9.

A Companhia utiliza o controle do custeio para auxiliar no monitoramento de exigências do fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa em investimentos. A Companhia estima o desembolso em comparação com a sua entrada de caixa.

Gestão de risco de liquidez

A Companhia administra o risco de liquidez mantendo reservas adequadas, recursos bancários e reserva de recursos de empréstimo, monitorando continuamente os fluxos de caixa projetados e reais, e comparando os perfis de vencimento de ativos e passivos financeiros.

Tabela do risco de liquidez

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício.

	<u>Posição</u> <u>Contábil</u>	<u>Total Fluxo</u> <u>Futuro</u>	<u>1 a 3 meses</u>	<u>3 meses a 1</u> <u>ano</u>	<u>De 1 a 8</u> <u>anos</u>
Fornecedores	297	297	297	-	-
Total	297	297	297	-	-

A Companhia não possui operações contratadas em moeda estrangeira. Desta forma, não está sujeita a riscos decorrentes de oscilações de taxas de câmbio.

Os valores contábeis apresentados como ativos e passivos financeiros são assim demonstrados por categoria:

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<u>Ativos financeiros</u>			
Mensurados ao custo amortizado:			
Caixa e equivalentes de caixa	8	-	8
Aplicações financeiras	9	298	111
Contas a receber	10	9.949	9.137
Depósitos judiciais	11	99	99
Outras ativos circulantes		17	379
<u>Passivos financeiros</u>			
Outros passivos mensurados ao custo amortizado:			
Fornecedores		297	232

A Administração entende que os instrumentos financeiros representados acima, os quais são reconhecidos nas demonstrações pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado, pois o vencimento de parte substancial dos saldos ocorre em datas próximas às dos balanços.

Em conformidade com o CPC 40 - Instrumentos Financeiros, é apresentado a seguir o quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de exposição a riscos de taxas de juros a Companhia, objetivando evidenciar um eventual desembolso futuro, de acordo com as premissas detalhadas.

A análise de sensibilidade, utilizou como cenário provável (Cenário I) as taxas referenciais projetadas para o ano de 2023 (fonte Boletim Focus datado de 29 de dezembro de 2023) CDI (11,75%). Já os cenários II e III levam em consideração um incremento nessa taxa de 25% e 50%, respectivamente. Os resultados são como seguem:

Operação	Nota	Exposição 31/12/2023	Risco	Impacto	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Caixa e equivalentes (CDB)	8	-	Baixa do CDI	Resultado	-	-	-
Aplicação financeira	9	298	Baixa do CDI	Resultado	35	26	18

A Companhia considera que a variação de 25% e 50% representam uma sensibilidade apropriada considerando a variação histórica dos respectivos indicadores no período analisado.

25. COBERTURA DE SEGURO

Seguro de responsabilidade civil

Em 28 de abril de 2023, a Companhia contratou cobertura de seguro no valor de R\$5.986 para indenizações por danos civis, com vigência até 28 de abril de 2024, decorrentes de sentença judicial transitada em julgado ou de acordo autorizado pela seguradora, de risco de poluição e/ou contaminação ambiental (súbita e acidental), danos corporais e/ou materiais sofridos por terceiros, danos morais diretamente decorrentes de danos materiais e/ou corporais causados a terceiros.

Seguro de operação

Em 27 de junho de 2023, com vigência até 27 de junho de 2024, a Companhia renovou a cobertura de seguro para riscos operacionais sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras no montante de R\$263.160.

26. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Constituição da provisão para compromissos futuros em contrapartida à rubrica de ativo imobilizado e intangível	1.108	328
Reversão da provisão para compromissos futuros em contrapartida à rubrica de ativo imobilizado e intangível	(40)	(8)
Reversão no custo sobre aquisição de ativo imobilizado e intangível em contrapartida a rubrica de fornecedores	(43)	(2)
Aquisição de imobilizado em contrapartida a rubrica de fornecedores e impostos	1	44
Compensação de Imposto de Renda e Contribuição Social com IRPJ e CSLL	433	649

27. AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Conselho de Administração da Companhia autorizou a conclusão e divulgação dessas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 em 7 de fevereiro de 2024.

Composição da Diretoria

Márcio Barata Diniz
Diretor

Walter Nunes Seijo Neto
Diretor

Contador

Braulio Rios Sá
CRC nº MG 117577/O-2